

RESISTINDO AO TRADICIONAL: A CULTURA MATERIAL COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Data de submissão: 27/02/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Marcio Augusto Uliana Macella

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
<https://orcid.org/0009-0000-8855-2421>

Julia Mahamut Garcia

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
<https://orcid.org/0000-0001-7746-2471>

RESUMO: Sendo a História uma ciência que procura estudar os seres humanos no decorrer do tempo através de análises críticas de fontes ou documentos, isto é, vestígios deixados por indivíduos, que permitem ao historiador conhecer o passado, e a Arqueologia uma ciência que estuda as interações entre os indivíduos e sua materialidade, e por isso o presente ensaio busca apresentar a cultura material como documento histórico expondo os processos metodológicos envolvendo a análise da cultura material, partindo de três exemplos, que à primeira vista não seriam tão relacionáveis assim: roupas, vasilhas cerâmicas e pontas líticas (artefato que possui uma ponta afiada para penetração de alvos, presente em diferentes artefatos como lança e flecha). E, por fim, como esses

artefatos impulsionam a memória, individual ou coletiva e nos ajudam a compreender a cultura de determinados povos, a partir do que criaram e consumiram, sejam eles do passado ou presente.

PALAVRAS-CHAVE: História; Arqueologia; Cultura Material; Ponta lítica; Vasilha Cerâmica.

RESISTING THE TRADICIONAL: MATERIAL CULTURE AS A HISTORICAL DOCUMENT

ABSTRACT: Since History is a science that seeks to study human beings over time through critical analysis of sources or documents, that is, traces left by individuals, which allow the historian to learn about the past, and Archaeology is a science that studies the interactions between individuals and their materiality, this essay seeks to present material culture as a historical document, exposing the methodological processes involved in analyzing material culture, starting from three examples, which at first glance would not be so relatable: clothing, ceramic vessels and lithic points (an artifact that has a sharp tip for penetrating targets, present in different artifacts such as spears and arrows). And finally, how these

artifacts drive individual or collective memory and help us understand the culture of certain peoples, based on what they created and consumed, whether from the past or the present.

KEYWORDS: History; Archaeology; Material Culture; Lithic Point; Ceramic Vessels.

INTRODUÇÃO

Este ensaio é fruto de um trabalho acadêmico que busca dialogar sobre a cultura material e sua relação como documento histórico partindo de diferentes materialidades: artefatos arqueológicos, como as pontas líticas e as vasilhas cerâmicas; e a moda, através dos vestuários.

A cultura material em si, surge interligada e devido ao próprio desenvolvimento do ser humano. Essa ação está ligada a um processo em que surge uma necessidade ou uma vontade e em resposta são elaboradas ideias e ações para a produção de objetos que suprem essa necessidade. Diferente de animais com garras e peles, o ser humano produz instrumentos e ferramentas para sua sobrevivência, como as roupas e as lâminas, que são objetos adaptados ao convívio dos indivíduos produtores, seja a sua cultura ou sociedade. E assim temos uma das possibilidades de objetos de estudo que são trabalhados pelas ciências humanas: as ações perpetradas nos vestígios deixados pelo homem no espaço e no tempo, perpassando a materialidade em si e as estruturas sociais.

Em vista disso, a partir de agora apresentaremos alguns pontos considerados pertinentes sobre o objeto de pesquisa apresentado nos parágrafos anteriores como pertencente a cultura material e a documentação histórica e como a análise de artefatos pode nos mostrar aspectos culturais da sociedade que o produziu e consumiu e como reforça a memória dessa mesma sociedade e o sentimento de pertença a ele.

DESENVOLVIMENTO

A História é uma ciência que busca compreender os seres humanos ao longo do tempo, e o ofício do historiador se faz sempre partindo de alguma **fonte** ou **documento**, que são vestígios deixados por indivíduos, sejam materiais ou não, aos quais permitem ao historiador conhecer o passado a partir da análise crítica dessa fonte, seja ela escrita, oral ou material. (Pollack, 1992). A partir das indagações ampliadas pela Escola dos Annales, ergue-se

[...] uma nova e mais ampla concepção de documento e das implicações sociais dos acontecimentos; isto é, das consequências que eles têm sobre os indivíduos em termos de vida coletiva, de sentimentos, de comportamentos privados e de mentalidades coletivas, ensejando a abertura, para uma história problemática, que se delinea como Nova História. Essas mudanças teriam concorrido para o surgimento de uma frente comum nos diversos planos da pesquisa histórica [...] mediante a abertura de novas frentes de estudos, novos objetos e novas fontes. (Simili, 2016, p. 241-242).

Somente a partir das décadas de 1980-1990 que os historiadores se voltaram para o estudo de objetos, aproximando-se dos arqueólogos e curadores de museus. Assim a maioria dos estudos relacionados a cultura material tem o foco em três grandes temas: alimentos, vestuário e habitação. (Burke, 2004).

A cultura material [...] trata de compreender os “artefatos que produzimos e consumimos, bem como a maneira em que estes se encaixam em sistemas simbólicos e ideológicos mais amplos” (DENIS, 1998, p. 19). Na cultura material, o que importa é o artefato e os indícios que uma análise formal revela, não sua representação imagética ou descrição textual – “(...) os objetos figuram como uma espécie de eixo permanente e ponto de partida das pesquisas” (JULIÃO, 2006, p. 95). Ou seja, as fontes de conhecimento são os próprios objetos. (Benarush, 2012, p. 114).

Em vista disso, a Arqueologia é uma ciência que estuda a relação entre a sociedade e sua cultura material ao longo do tempo (Funari, 2003). Assim, a arqueologia contempla, tanto o estudo de grandes construções como as pirâmides egípcias e astecas, quanto materiais mais simples originários das atividades cotidianas das sociedades humanas, como ferramentas líticas, vasilhas cerâmica, roupas, armas de metal e acessórios. Enfim, o tipo de análise feito pela Arqueologia, prioriza as interações entre os seres humanos e seus artefatos, permitindo compreender como as sociedades humanas modificaram seu ambiente e a si mesmos.

É da relação entre o historiador com a cultura material e os outros profissionais responsáveis por esses materiais, que surge a etno-história¹, metodologia aplicada nesta pesquisa. A etno-história seria uma metodologia baseada na interdisciplinaridade entre dados arqueológicos e dados de fontes textuais, com o objetivo de reconstruir a história cultural dos povos indígenas. Basicamente a etno-história busca um método que abarque o campo antropológico, histórico e arqueológico, com esta última sendo de grande importância para o estudo de períodos recuados no tempo, o que é o nosso caso. (Oliveira, 2003).

Já uma biografia narra a vivência de um ser vivo, podendo destacar alguns fatos em detrimento de outros. Mas qual seria a relação entre biografia e cultura material? Segundo Andrade (2008) a biografia de uma pessoa ou animal não é diferente da biografia de um objeto, pois podemos nos questionar onde o objeto foi feito, quando, por quem, qual caminho percorreu até chegar ao acervo, se possui uma característica cultural do indivíduo ou população que o produziu, se esse objeto teve uma transformação de uso no decorrer do tempo e também se foi descartado após essa utilização terminar.

Desse modo, a biografia cultural, chamada desta maneira pois “atravessa elementos sociais, econômicos, históricos, subjetivos com o olhar centrado no objeto circulante” (Andrade, 2008, p. 25-26) perpassa toda a cultura material, ou seja, apesar do tipo de

¹ Os estudos etno-históricos tiveram um maior desenvolvimento no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, na qual garantiu diversos direitos as populações indígenas ocasionando assim uma maior demanda e valorização de pesquisas sobre esses povos no país. (Cavalcante, 2011).

material ser diferente, a metodologia aplicada tem os mesmos princípios de estudar a história do objeto, desde sua produção até os dias de hoje.

Desse modo, pela perspectiva da cultura material, a proposta de estudar roupas se assemelha ao estudo de pontas líticas (estudo arqueológico), pois ambos os estudos procuram “[...] entender o costume e a cultura de determinados povos a partir dos artefatos criados e consumidos por eles, valorizando sua história.” (Benarush, 2012, p. 116).

Podemos exemplificar com o processo detalhado por Andrade (2008), que analisa o vestido “Boué Souers”² presente no acervo do Museu Paulista da USP, a autora reúne autores que observam os vestidos na perspectiva da cultura material, o que resulta num sistema de agrupamento de informações que também utilizamos no estudo desta pesquisa dentro do acervo arqueológico do LAEE-UEM. Esse procedimento se baseia em cinco passos:

1. **Observação das características físicas:** se trata “[...] de observar evidências internas ao objeto através da percepção sensorial, investigando o que se vê e o que se ouve, aprendendo a ganhar consciência de nossa conexão com o objeto.” (Andrade, 2008, p. 29). Como os rasgos e manchas no caso de roupas e marcas de uso ou desgaste nas pontas líticas.
2. **Descrição ou registro:** é a representação do objeto, seja através de desenhos/registros fotográficos ou detalhamento escrito. Começando pela descrição geral e depois para os detalhes, isso porque o registro de alterações na cultura material pode tanto indicar sinais de tempo, quanto interferências sociais e culturais no artefato. Para isso podemos descrever características como cor e textura, tanto para roupas como para artefatos líticos.
3. **Identificação:** é mais interpretativo e “depende muito da observação, mas ocorre depois dela, porque identificar exige um reconhecimento de materiais que nos são familiares ou não. Identificar implica o reconhecimento, associando o material aprendido anteriormente com o que é percebido no objeto” (Andrade, 2008, p. 29). Por exemplo, no detalhamento minucioso das roupas pode resultar na datação da peça, e o detalhamento das pontas líticas pode resultar na incorporação da produção de determinados povos nativos.
4. **Exploração ou especulação do problema:** é baseado nos indícios observados e descritos do objeto, que gera um “levantamento de hipóteses, de discussão e questionamentos que resultaram da avaliação das etapas anteriores.” (Andrade, 2008, p. 30). No caso das pontas líticas, os indícios observados ao longo desse processo nos permitem comparar com o que já foi estudado até o momento, e assim, pressupor até mesmo se houve trocas culturais entre os povos que habitaram a região.
5. **Pesquisa em outras fontes e programa de pesquisa:** e por fim, o pesquisador parte para leituras e usos de outras fontes e bibliografias com “[...] a finalidade de comparação e elucidação de aspectos observados e que se tornam relevantes na problematização desenvolvida no processo de especulação.” (Andrade, 2008, p. 30).

2 “[...] vestido confeccionado em Paris pela Maison Boué Soeurs em meados da década de 1920. **Pertenceu a Carmem da Silveira Bettenfeld (1894-1980), paulista [...].** Sua filha, Carmencita da Silveira Bettenfeld Jullien, doou este e outros vestidos ao Museu Paulista em 1993, e lá estão até hoje. O vestido Boué Souers registrado no museu com o RG 7091 [...]” (Andrade, 2008, p. 09, *grifo da autora*).

Sob esse aspecto, tanto as ferramentas líticas pré-históricas, quanto as roupas são assimiladas dentro do conceito de **documento histórico**, e assim, transforma o olhar sobre o que é a história e do que é feita, e conseqüentemente “enriquecem a prática de pesquisa e o conhecimento histórico” (Simili, 2016, p. 242). E esse processo de descrição detalhada e análise do artefato

[...] têm como objetivo principal desvendar o significado do artefato “enquanto produto, expressão e vetor de relações sociais, em determinado contexto histórico” (JULIÃO, 2006, p. 96). A partir da leitura das características materiais dos artefatos, é possível inferir “dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto” (MENESES, 1998, p. 91). A interpretação, associada a uma pesquisa historiográfica, valida o artefato culturalmente, dando-lhe autenticidade, e, salvo do esquecimento, o artefato torna-se memória. (Benarush, 2012, p. 114).

De acordo com Guarinello (1994) a memória é

[...] um substrato, repositório dos produtos de nosso passado que sobrevivem no presente, condição mesma do tempo presente. É a trama dos vestígios, oriundos de diferentes épocas e condições de produção, que constitui a espessura mesma daquilo que existe, como cristalização e permanência do que não morreu, daquilo que nos liga aos mortos na medida em que sobrevive no presente. Há, como observa H. Koselleck, muitas temporalidades, muitos passados inscritos no nosso presente, vestígios que são o manancial passivo de qualquer reflexão sobre o pretérito, lastro que determina a possibilidade de qualquer memória. É uma regra de ouro, nem sempre atendida: não se pode rememorar o que desapareceu por completo, sem deixar traços de si, mas apenas aquilo que sobrevive, concretamente, no presente. Nosso passado tem uma existência material, concreta, inscrita nas estruturas do presente. É apenas através desse passado-presente que podemos refletir sobre a história. (Guarinello, 1994, p. 187).

No entanto, a memória não seria algo passivo, pelo contrário, é um princípio ativo, pois a memória como observação do passado, parte do ato de analisar os vestígios no presente para esclarecer o tempo, tanto do passado em que foi produzido, quanto do presente em que foi conservado. Assim, a memória seria uma “[...] forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade [...]” (Guarinello, 1994, p. 187-188).

No processo de formação dos sítios arqueológicos, conforme determinada aldeia Guarani iniciava o processo de mudança do local de habitação, os artefatos produzidos, sua cultura material, eram abandonados, e o antigo local de habitação passa a ser um sítio arqueológico, um local que passa a armazenar informações a respeito daqueles que ocuparam aquela região, uma memória. Assim, segundo Assmann (2011) os locais possuem uma “memória”, que se encontra ligada a aquele lugar, relacionada e indissociável com ele e com aquele contexto. Então esta memória supera a recordação de um indivíduo, e a partir dos artefatos que a compõem passam a dar “forma” ao passado, a uma época e cultura, logo, os locais passam a se tornar “sujeitos” que “contam uma história”.

Os sítios arqueológicos guarani, como sujeitos e locais de memórias, adentram no escopo dos locais honoríficos. Em tais locais a história de determinado povo não seguiu adiante, pois este findou de forma abrupta, como por meio de destruição e conquista. Todavia, a história de tais locais não está “morta”, nem destruída e nem acabou junto com a vida de seus produtores. A história se encontra nos objetos de cultura material produzidos nesses locais, nas ruínas deixadas, nos vestígios, esperando para serem descobertos e abordados no futuro. Estes locais passam a fazer parte da identidade, da história de uma região, das origens.

Dessa forma, a memória é percebida como um fundamento “da tradição de uma cultura, como produto social, liga-se à reprodução da sociedade, organiza e reproduz constâncias, repetições. Confere um sentido de permanência e de unidade no tempo, de identidade a grupos específicos ou à sociedade como um todo.” (Guarinello, 1994, p. 188).

Por consequência, cada comunidade ou grupo de pessoas que moram perto dos locais que um dia foram locais de habitação dos povos Guarani, e atualmente são sítios arqueológicos acabam tendo um contato, criando raízes e memórias com aquilo. Por exemplo, os conhecimentos transmitidos por antepassados que possuem relação com a fundação da cidade ou de uma comunidade com descendência indígena, isso gera uma memória coletiva, concretizada em elementos como nomes de municípios de origem indígena, histórias ou contos passados entre familiares e amigos, costumes de origem indígena, nomes e expressões.

Dessa forma, por meio da oralidade, a história oral aborda a memória em si, abrindo caminhos para uma relação da Arqueologia com as pessoas que moram próximo aos sítios arqueológicos, dando uma oportunidade a partir da Educação Patrimonial, processo onde a pessoa entra em contato com o artefato arqueológico e questiona se o artefato traz em si uma memória ativa ou relembra uma memória, como dito por Pollack (1992). Assim, um dos pontos principais de lembrar a busca por informações que proporcionem a localização de um sítio arqueológico, possibilitando uma investigação complementar aquele dado arqueológico, por exemplo, a informação da passagem ou habitação de indígenas por aquela região ou se já viram em algum lugar um artefato semelhante.

Neste momento, partindo de Pollack (1989, 1992), os artefatos arqueológicos atingem a identidades das pessoas dos locais onde foram encontrados, suas visões de mundo e tradições orais, suas histórias. Desse modo, a memória compreende o individual bem como o coletivo/social, ou seja, ela também é entendida “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (Pollack, 1992, p. 201). E é formada por acontecimentos, personagens e lugares. Todos eles podem ser aplicados tanto para o individual quanto o coletivo, este último também chamado de “vividos por tabela” por Pollack (1992), isto é, são memórias que não necessariamente foram vivenciadas pelo indivíduo, mas pelo grupo, e transmitida aos que se identificam com o grupo, por exemplo, os princípios passados entre gerações de uma mesma família. Além

disso, os lugares segundo Pollack (1992, p. 201-202) podem ser “[...] lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.”, lugares que estão longe, fora do espaço do indivíduo pode “[...] constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo.” (Pollack, 1992, p. 202).

Os próprios artefatos, como dito por Pollack (1989, 1992) e Assmann (2011) são memória, carregam uma história, porém, não se restringem a isso, eles representam uma cultura. Os artefatos arqueológicos, que seriam objetos feitos e modificados pelo homem, constituem o que é conhecido como registro arqueológico, e a partir de sua análise e do que o compõe poder-se-ia separá-los em culturas arqueológicas a partir de um conjunto com características semelhantes e de acordo com Gustaf Kossinna (1858-1931) segundo Trigger (1992), de que “culturas são um reflexo da etnicidade” pode-se relacionar determinada cultura arqueológica a determinado grupo étnico.

Logo, segundo Michelle Kauffmann Benarush (2012) artefatos de cultura material, se encaixam em um complexo sistema da sociedade que ele se situa, desde sistemas simbólicos a ideológicos. Tais artefatos, conforme Benarush (2012) funcionam como testemunhos de sua época, carregam com eles uma identidade cultural e social, e recebem consigo traços daqueles que o fabricaram e usaram. Sua análise permite um olhar para a época em que o artefato foi fabricado, a tecnologia empregada em sua fabricação, e sua matéria prima.

No caso das vasilhas cerâmicas, conforme Benarush (2012), pode-se tentar visualizar um algum estilo de padronização das formas, acabamentos, e tipologia de vasilhas utilizadas pelos povos. Isso pode demonstrar então uma continuidade de uma tradição, uma difusão de um estilo, ou até a interrupção de outro (Benarush, 2012).

As mudanças de continuidade, segundo Simili (2016), representa uma alteração de necessidades, quando algo não é mais útil, permanecendo apenas aquilo que é útil e trazendo novidades; outro detalhe ligado essa questão seria a necessidade de se adaptar a algo novo, a um cenário diferente, como a ausência de uma matéria prima ou até o surgimento de uma nova necessidade. Assim como na moda, a cerâmica guarani também sofre com esses processos, e essa noção de analisar as mudanças, as alterações, pode apresentar uma visão ampla de todo o processo de mudanças, tentar enxergar quando ocorreu, e por meio de datações, visualizar seu início e fim.

Nesse cerne, assim como é dito por Stallybrass (2020) a decoração também é algo extremamente importante, quanto mais sofisticado, mais detalhado era uma peça de roupa, passava uma mensagem sobre seu dono, sua posição, pertencer a uma classe social mais elevada, ou uma posição de destaque na sociedade. Essa mesma noção se reflete na cultura material, principalmente nas vasilhas guarani, assim também funcionava na sociedade guarani com as vasilhas, quanto mais decorada era uma vasilha, quanto mais

refinado era seu acabamento, mais importante era a pessoa que iria utilizá-la, a vasilha atribuía um status, simbolizava algo, tinha um significado (Brochado; La Salvia, 1989).

Assim, a decoração possui um papel de extrema importância para o estudo das vasilhas cerâmicas Guarani, por contribuir na ampliação da análise das vasilhas, e, assim, encontrar pontos de “importância” nos sítios arqueológicos, pois, com as concentrações dessas vasilhas em locais específicos de cada sítios, de cada ocupação, podemos pressupor como eram as divisões sociais, uma elite política ou religiosa.

Desse modo, quando a memória coletiva é fortemente constituída, como a memória nacional, é importante que sua função seja clara, e para Pollack (1989) a memória comum tem duas funções: preservar a coesão interna e “defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (Pollack, 1989, p. 09). Ou seja, as

[...] interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra[m] [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (Pollack, 1989, p. 09).

E dessa forma, a memória não se refere somente a vida de um indivíduo, mas também se transforma em algo construído, para Pollack (1992, p. 204) aquilo que a “memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” E assim, ao tratarmos da memória herdada podemos afirmar que se tem uma ligação estreita entre a memória e o sentimento de identidade, aqui tratado no sentido “[...] da imagem de si, para si e para os outros. [...]” (Pollack, 1992, p. 204).

Nessa construção da identidade [...] há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas [...]; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollack, 1992, p. 204).

Portanto, a memória tem a reponsabilidade de construção e transformação das identidades e é ponto de partida para a análise de um artefato. (Benarush, 2012).

A tão repedida frase “Brasil, um país sem memória” deve ser desconstruída. As memórias do Brasil estão vivas em acervos públicos e privados, clamando por entendimento. Os artefatos que sobrevivem garantem o nosso repertório cultural e dão continuidade às nossas histórias. São esses objetos que denotam nossas características e idiosincrasias, nosso regionalismo e nacionalismo. Sabemos também que, quanto melhor uma história é contada, mais forte tende a ser sua lembrança, mais valor damos a ela. (Benarush, 2012, p. 116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialidade, seja uma roupa, instrumento lítico ou vasilha cerâmica convertido em artefato e documento histórico, nos dá uma visão sobre como as sociedades lidavam com o mundo ao seu redor (para sua sobrevivência), e como culturas (a partir dos artefatos que se conservaram até os dias atuais), nos possibilita o entendimento das permanências e transformações ao longo da história.

Assim, em conformidade com Guarinello (1994), a memória como elemento da tradição de uma cultura ou como produto social de afirmação do próprio tempo, se conecta a concepção da sociedade, em suas repetições, inferindo um sentimento de permanência e identidade a grupos específicos ou na sociedade, e em suas diferenças e transformações, sendo possível a percepção da transição dos presentes.

Entendemos que a distância cultural entre o historiador e a sua fonte, possa gerar um maior esforço para compreender e comparar e, por isso, nos esforçamos, a partir de dados arqueológicos e históricos, as dinâmicas sociais e culturais das populações indígenas que viviam no atual território do Estado do Paraná até a invasão europeia no século XVI.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. M. de. **Boué Souers RG 7091**: a biografia cultural de um vestido. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Trad.: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BENARUSH, M. K. A memória das roupas. **Dobras**, v. 5, n. 12, p. 113-117, 2012.

BROCHADO, J. P.; LA SALVIA, F. **Cerâmica guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989a.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História** (ANPUH), São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.

OLIVEIRA, J. E. de. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. **Anais** do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003, p. 1-8.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 03-15.

SIMILI, I. G. As roupas como documentos nas narrativas históricas. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 12, n. 1, p. 237-261, jan./jun. 2016.

STALLYBRASS, P. **O casaco de Marx**: roupa, memória, dor. Autêntica Editora, 2020.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. Odysseus, 1992.